

O PROFESSOR PDE E OS DESAFIOS  
DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE

2010

VOLUME I

# **BERTHA LUTZ E A CONQUISTA DO VOTO FEMININO NO BRASIL: ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO.**

Marilene Aparecida Nunes<sup>1</sup>

Altair Bonini<sup>2</sup>

## **Resumo:**

As questões de gênero e a História das Mulheres são assuntos que ainda não fazem parte do rol de conteúdos das aulas de história da maioria dos professores do Brasil. Com o objetivo de formar jovens com uma consciência mais igualitária nas relações entre homens e mulheres, que valorizem a atuação feminina em todos os setores da sociedade, que procuramos trabalhar esta temática nas aulas de História, com jovens estudantes da cidade de Umuarama/PR. As aulas tiveram como tema a conquista do voto feminino no Brasil, entre as décadas de 1920 e 1930. O foco principal foi colocado na personalidade de Bertha Lutz, que foi uma das maiores líderes do movimento sufragista brasileiro. Estas disputas e lutas do tempo pretérito envolveram relações de poder e de gênero e que possibilitam a discussão sobre os papéis construídos historicamente para homens e mulheres em nossa sociedade no passado e no presente. Neste sentido, buscamos apresentar, de forma genérica, como se deu a realização deste projeto e refletir sobre o ensino as relações de gênero nas aulas de história na Educação Básica.

**Palavras-chave:** Ensino de História; gênero; mulheres; luta pelo voto; Bertha Lutz.

## **1. Introdução**

Em inúmeros conteúdos da disciplina de história podem ser abordadas as questões de gênero, como por exemplo, ao ser ensinado sobre a Revolução Francesa ou sobre a Primeira Guerra Mundial destacando a atuação das mulheres

---

<sup>1</sup>Professora PDE 2010 – Col. Est. Vereador José Balan – Umuarama - Disciplina de História.

<sup>2</sup>Professor do Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – Campus de Paranaíba.

nestes eventos históricos. Mas percebemos que ainda são poucos os profissionais que abordam estas questões na sala de aula. Não é por acaso, visto que ainda é recente a entrada destes temas nos currículos escolares. Os estudos sobre a história das mulheres e as relações de gênero ganham maior força nas academias brasileiras no final dos anos de 1980. Soma-se a isto a dificuldades de superação de preconceitos e concepções curriculares hegemônicas que transmitem como naturais as relações de desigualdade entre homens e mulheres. Neste sentido, ainda temos dificuldades em propor ações e práticas pedagógicas que visam transformar as rotinas escolares, e a problematizar lógicas reprodutoras de desigualdades e opressão, em outras palavras, nas escolas ainda continuamos a reproduzir e a considerar como naturais as diferenças ou tratamento diferenciado entre os meninos e as meninas.

A escola constitui-se em um espaço onde as diferenças estão muito presentes, neste local a diversidade cultural e sexual aparece de forma muito rica e contraditória. Por outro lado, esses assuntos não são tratados diretamente e cotidianamente pelos educadores, os posicionamentos contrários ou neutros são os mais frequentes nas escolas. Guaciara Lopes Louro (1997) alerta para que devemos reconhecer:

[...] que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz. Podemos estender as análises de Foucault, que demonstram o quanto as escolas ocidentais se ocupam de tais questões desde seus primeiros tempos, aos cotidianos escolares atuais, nos quais podemos perceber o quanto e como se está tratando (e constituindo) as sexualidades dos sujeitos (p. 81).

Como apresentado acima, no interior da escola também são processadas normas e valores que impõem aos sujeitos papéis sociais diferenciados para meninos e meninas. Isto se dá nas divisões de tarefas (as meninas devem cuidar da limpeza da sala), no tratamento com os conteúdos (os meninos sabem mais matemática que as meninas), entre outras práticas. Estas questões, bem como, os materiais didáticos, os procedimentos de ensino e de avaliações, a linguagem, entre

outros fatores presentes na escola devem ser interrogados e problematizados pela escola e pelos educadores.

Para nós é importante capacitar os alunos para perceberem a historicidade das relações sociais ocorridas no tempo. Ao tomarem conhecimento das transformações ocorridas no tempo sobre as concepções de masculino e feminino, e como a condição das mulheres passou por mudanças ao longo da história os alunos poderão ter uma visão mais crítica de seu tempo, podendo mudar tais práticas e ajudar a construir uma sociedade menos machista e mais igualitária.

Seguindo estes propósitos que procuramos abordar as questões de gênero com os estudantes do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino do município de Umuarama/PR. Sendo que, selecionamos como tema gerador das discussões a luta das mulheres na conquista de direitos políticos, iniciadas com o movimento sufragista feminino no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930.

A presença da mulher na política brasileira tem se tornado cada vez mais importante para a consolidação da democracia e na defesa da igualdade de direitos. Dessa forma, a participação feminina na política é essencial para a elaboração de leis e de políticas públicas que promovam a igualdade de direitos entre homens e mulheres. Estas ações são necessárias, pois ainda são poucas as mulheres em postos de comando importantes em nossa sociedade. Desconstruir a ideia de que política é uma atividade exclusiva do gênero masculino, que “naturalmente” são destinados a estes cargos por que são mais competentes, entre outras imagens difundidas na cultura nacional. Foi pensando em discutir e rever estes posicionamentos que desenvolvemos a temática junto aos jovens estudantes, uma vez que induz a repensar a distribuição do poder dentro da sociedade. Muitas vezes as relações de gênero são utilizadas para justificar as distribuições diferenciadas de riqueza e poder. “Mesmo nos dias de hoje, nos países onde as mulheres têm reconhecido o direito ao sufrágio, as instituições políticas, as formas de ascensão aos quadros diretivos e os preconceitos de gênero arraigados têm impedido muitas mulheres de ocuparem postos de direção governamental na mesma proporção de sua presença como eleitoras” (PINSKY e PEDRO, 2008).

O voto feminino, no Brasil, não foi “concedido” por obra ou graça do acaso, foi resultado de luta e empenho de mulheres e homens engajados com os ideais de sua época. As mulheres lutaram pelo voto por vinte e dois anos, sendo que as primeiras manifestações foram realizadas em 1910, com a criação do Partido

Republicano Femininas no Rio de Janeiro. Somente em 1932, no Governo de Getúlio Vargas, foi promulgado por decreto-lei, o direito das mulheres de votarem e serem votadas. O fato foi confirmado ao constar na Constituição de 1934, onde ficou estabelecida a instituição do voto feminino e do voto secreto e obrigatório.

O movimento feminista que se delineou nas primeiras décadas do século XX, também contribuiu muito para a conquista do direito ao voto pelas mulheres. Entre 1920 e 1930 as feministas com trânsito mais fácil junto à imprensa e aos políticos colocaram em pauta a luta pelo direito ao voto. Uma das primeiras mulheres a defender o voto feminino publicamente foi Nísia Floresta ( 1810 – 1885), que juntamente com Bertha Lutz ( 1874 – 1976) podem ser consideradas as fundadoras do feminismo no Brasil. Neste contexto, foi fundamental a participação política de Bertha Lutz, que em 1918 manifestou, pela primeira vez em público suas ideias feministas, em uma carta à Revista da Semana, revelando seu apoio ao movimento sufragista.

Com a promulgação do código eleitoral em fevereiro de 1932, muitas mulheres se candidataram a uma vaga para a Assembleia Constituinte, mas apenas Carlota Pereira de Queirós conseguiu ser eleita. Berta Lutz foi convidada por ela para trabalhar em conjunto na constituinte de 1934. Na Assembleia Legislativa, vários artigos foram propostos em benefício das mulheres, como: regulamentação do trabalho feminino, igualdade salarial e proibição de demissão em caso de gravidez.

Tendo em vista o que apresentamos até o momento, procuramos dividir o texto em três momentos. No início abordaremos o papel social das mulheres em vários momentos da história, em seguida abordaremos a questão da luta feminina pelo direito ao voto e por fim falaremos brevemente sobre nossa experiência de trabalhar este tema nas aulas de história.

## **2. Apontamentos sobre as mulheres e as relações de poder**

Grande parte das diferenças existentes entre homens e mulheres não são naturais, mas foram criadas pela sociedade. A história revela que nas comunidades primitivas a única diferença que existia era a divisão das tarefas. Como as mulheres

quase sempre estavam grávidas ou amamentando, tinham que se dedicar às tarefas que não exigiam movimento nem força bruta. Mas, na hora de tomar as decisões da comunidade também podiam dar opinião. Com o tempo as atividades masculinas tornaram-se economicamente mais importantes. A guerra e o comércio, realizados pelos homens enriqueciam as aldeias muito mais do que o artesanato produzido pelas mulheres. Com isso, as mulheres foram perdendo sua posição de igualdade com os homens. A partir do momento em que o trabalho feminino foi se reduzindo ao lar e que os homens foram se tornando chefes incontestáveis das famílias, as mulheres foram se tornando quase propriedades dos maridos. A que se considerar ainda a questão do medo de divisão das terras e bens, que forçaram as famílias se tornarem mais rígidas (SCHMIDT, 2001, p 71).

Para Branca Moreira Alves (1980), a opressão da mulher não se originou somente com o advento da sociedade de classes. Mas, se manteve assumindo características diversas nos sucessivos modos de produção que passou a humanidade em sua evolução histórica, pois passou a ser vinculada ao nível ideológico que “transforma-se com maior lentidão e requer um trabalho especificamente dirigido e contínuo.” (ALVES, 1980, p.37)

O domínio do homem sobre a mulher remonta à antiguidade. Em Atenas na Grécia, as mulheres estavam excluídas do direito à cidadania e tinham posição equivalente aos escravos na sociedade. Em Roma, o *pater famílias*, legitimava o poder do homem sobre a mulher. Já na Idade Média a mulher era vista como uma pessoa frágil e indolente, que entre bordados e suspiros, aguardava seu cavaleiro andante. Ainda na Idade Média, às mulheres foram vítimas de uma das maiores perseguições: a “caça as bruxas”. Através da Inquisição, realizada pela Igreja Católica, liderou um massacre que se estendeu por vários séculos. Em algumas regiões da Europa, no século XIV, em um único dia, 300 mulheres foram executadas. No final da Idade Média, Cristine de Pisan, afirma em seu livro “A Cidade das Mulheres” (por volta de 1364 - 1430), que homens e mulheres são iguais e que a eles deveria ser dada uma mesma educação. Cristine acreditava que as mulheres jamais conquistariam sua liberdade se lhes fossem negada a possibilidade de educação (LEAL E MONTEIRO, 1998, p. 10).

No século XVIII, na França, milhares de mulheres burguesas e da pequena aristocracia, almejavam o acesso à cultura, como forma de poder, desencadeando um movimento denominado “Preciosas”. Mas a Revolução Francesa, apesar de seu

ideário: “Igualdade, Liberdade e Fraternidade”, inibiu a luta das mulheres, ao invés de abrir espaços para as conquistas femininas. Em 1791, Olimpe de Gouges foi condenada à guilhotina, pela coragem e ousadia de lançar a Declaração dos Direitos da Mulher Cidadã. Depois de sua morte, foram proibidas as associações femininas e a participação da mulher na vida pública. Em 1792, na Inglaterra, a escritora Mary Wollstonecraft, escreveu um dos clássicos da literatura feminista, “Reivindicação dos Direitos da Mulher”, que defendia uma educação para as meninas, que aproveitasse todo o seu potencial humano. (Leal e Monteiro, 1998, p. 10-13).

Com o início do capitalismo começaram os protestos contra a opressão das mulheres, pois à necessidade de complemento no orçamento doméstico, acabaram arrastando-as para o mercado de trabalho e para a vida pública. Convivendo com outras mulheres passaram a refletir coletivamente e entender o que era a exploração de classe. Assim, no mesmo contexto histórico, acontecem à consolidação do capitalismo e o surgimento de lutas e organizações pelos direitos da mulher, na França, na América, Inglaterra e Alemanha. O operariado em geral, era submetido às péssimas condições de trabalho. No entanto, as mulheres eram mais exploradas, tendo que cumprir muitas vezes uma jornada de até 18 horas por dia, com salários inferiores aos dos homens. Muitas vezes tinham que enfrentar “dupla jornada de trabalho”, ou seja, durante o dia na fábrica e à noite em casa com os afazeres domésticos. (Leal e Monteiro, 1998).

Em 1845, em Nova Iorque, mulheres inspiradas pelo Manifesto Comunista de Marx, se reuniram e denunciaram a opressão, reivindicando o direito ao voto, à educação, ao emprego e à cidadania. Nessa época, os homens engajados no movimento sindical, lutavam por uma sociedade sem classes, as mulheres levantavam uma bandeira de luta mais profunda: contra o patriarcalismo e pelo direito de cidadania plena.

No século XIX, foram desencadeadas lutas pelo direito ao voto feminino e por melhores condições de trabalho na Europa e na América (Leal e Monteiro 1998, p. 12-14).

Carla B. Pinsky e Joana M. Pedro (2005), descrevem que o século XIX com a marca na modernidade, redesenhou as experiências femininas. Para elas esse século contribuiu para limitar o ideal da mulher, restringindo-a a esfera doméstica e aos cuidados do lar e da família, maximizou o imaginário da segregação sexual dos espaços públicos e privado, além de reforçar as concepções de inferioridade

feminina, negou a elas muitos direitos, impôs obstáculos à sua independência. Mas também, foi nesse século que se viu ampliar as possibilidades e o florescimento do ideal feminino, além da participação das mulheres em diversos movimentos sociais. (PINSKY E PEDRO, 2005, p. 265-266).

Celi Regina Jardim Pinto (2003, p. 13), lembra que desde os primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, as mulheres mais ou menos organizadas lutaram por seu direito à cidadania, na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as lutas e manifestações pelos direitos políticos de votarem e ser votadas foram se tornando cada vez organizadas. A luta pelo voto feminino se espalhou pela Europa e Estados Unidos, iniciando o movimento feminista organizado no mundo. No Brasil, a primeira fase do feminismo teve como foco a busca da cidadania e a luta por direitos políticos, como veremos adiante.

### **3. A luta pelo voto feminino no Brasil**

O direito de voto no Brasil hoje é assegurado a todos os cidadãos maiores de 18 anos. Mas nem sempre foi assim, durante o Império o voto era privilégio dos homens ricos e brancos. Pobres, escravos e mulheres estavam excluídos do direito à cidadania. Neste período as mulheres eram educadas para servir.

Os homens são educados para serem superiores: competitivos, ativos, agressivos e independentes, racionais e intelectuais; enquanto às mulheres, para serem emocionais e sentimentais, cabendo às próprias mulheres o papel de defensoras e reprodutoras desse modelo machista. O mundo imprime às qualidades humanas o masculino e o feminino e, nessa diferença, confere mais poder aos homens. (LEAL E MONTEIRO; 1998, p. 35)

Na história das sociedades ocidentais, consagrou-se uma divisão racional de papéis: aos homens, o espaço público e o político – o mundo do trabalho; às mulheres, o espaço privado e a casa, com a função de gerar e cuidar dos filhos. Esse modelo de família foi naturalizado e reforçado com a sociedade burguesa a



partir do século XVIII. No Brasil esse modelo foi reforçado principalmente a partir da Proclamação da República (1889), isto porque novos grupos assumiram o controle da nação, entre eles os burgueses.

Uma aliada das mulheres na luta pela conquista de direitos foi a recém-formada imprensa feminina. Em 1852, a jornalista Violante Bivar e Velasco, fundou o primeiro jornal redigido por mulheres denominado de “Jornal de Senhoras”. Esse jornal tinha o objetivo de cooperar para a emancipação moral e política das mulheres. Em sete de setembro de 1873, foi fundado o jornal feminino, na cidade de Campanha da Princesa, pela professora Francisca Senhorinha da Motta Diniz, com o nome de “O Sexo Feminino”. Este periódico era todo editado por mulheres que defendiam a educação e a emancipação feminina, sendo que o número do dia 07 de Abril de 1875, editado no Rio de Janeiro, foi dedicado à defesa do voto feminino. Coerente com sua condição de mulher consciente e politizada, o folhetim passou a defender também o movimento abolicionista.

Em 1878, a jornalista Josefina Álvares de Azevedo escreveu uma peça teatral intitulada “O voto feminino”. Josefina, também lançou a revista “Família”, onde escreveu vários artigos denunciando à condição do sexo feminino, entre eles publicou “A consciência Universal dorme sobre uma iniquidade secular: a escravidão da mulher”. A leitura desses antigos jornais mostra o alto nível de conscientização alcançado pelas mulheres da época. Geralmente, os artigos desses jornais afirmavam que as mulheres não deveriam só aprender boas maneiras como: piano, bordado, costura. Muitas mulheres colaboraram, algumas, no anonimato. (ALVES, 1980)

Segundo June E. Hahner (1981), os jornais feministas desempenharam um papel grande na disseminação de uma nova visão entre as mulheres. Os jornais serviam como um meio importante para a troca de ideias e informações entre as mulheres das classes letradas. As feministas também consideravam a imprensa um meio importante de difusão do saber, e insistiram em que as mulheres lessem jornais para conhecer seus direitos e obrigações.

No Brasil as mulheres lutaram de várias maneiras, na reivindicação de seus direitos: organizaram passeatas, participaram de piquetes, fizeram greves, denunciando maus tratos nos locais de trabalho, sendo por isso, demitidas e perseguidas chamadas de arruaceiras pelos homens de poder. (HAHNER, 1981).

Moreira Alves (1980) relata a ação exemplar da dentista Isabel de Mattos Dillon, que em 1880, evocou na Justiça a Lei Saraiva (que permitia aos detentores de títulos científicos, votar) para requerer seu alistamento eleitoral. Perdeu em primeira instância, mas venceu em segunda, conseguindo exercer o direito de voto durante o período monárquico brasileiro. Em seu manifesto diz: "... entendo que um governo democrático não pode privar uma parte da sociedade de seus direitos políticos, uma vez que as mulheres não foram francamente excluídas da Constituição vigente..." Esse mesmo argumento seria usado pelas sufragistas, já durante a República. Elas afirmavam que a Constituinte de 1890-91 excluía apenas os mendigos, os analfabetos os praças e os religiosos de ordem monástica. Não exclui as mulheres.

Em 1910, a advogada, e primeira mulher a ser aceita no Instituto da Ordem dos Advogados, Myrth de Campos, requereram seu alistamento eleitoral, alegando que a Constituição não negava à mulher este direito, enumerando os impedimentos que constavam na Constituição da época, a saber: "Art. 79... eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que alistaram na forma da lei." e "§ 1º: Não podem alistar-se eleitores, para as eleições federais ou para os Estados: 1º os mendigos; 2º os analfabetos; 3º as praças de piro, excetuando os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º os religiosos de ordem monástica, ou comunidades de qualquer denominação, sujeitos ao voto de obediência, regra ou estatuto que importe em renúncia de liberdade individual."(SOIHET, 2006. p. 25)

O requerimento foi indeferido, mas serviu como exemplo para que três mulheres da comarca de Minas Novas, em Minas Gerais, se alistaram e votaram, em 1905, sendo elas: Alzira Vieira Netto (estudante de medicina), Cândida Maria dos Santos e Clotilde Francisca de Oliveira (professoras).

Porém, seguindo o mesmo caminho de Myrth de Campos a professora Leolinda Daltro, também requereu seu alistamento obtendo a mesma resposta. Entendendo que o caminho através da justiça seria longo e incerto, a professora fundou em 1910 o Partido Republicano Feminino, com o objetivo de ressuscitar o debate sobre o sufrágio feminino, que havia sido esquecido desde a Constituinte de 1891. Em novembro de 1917, ela organiza uma passeata com 84 mulheres, que surpreendeu o Rio de Janeiro e teve como efeito o projeto do deputado Mauricio de Lacerda que instituía o sufrágio feminino (SOIHET, 2006, p. 26).

Em sua exposição de motivos ele refere-se à comprovada capacidade da mulher, que já penetrara em todos os ramos de atividade, mostrando-se tão competente quanto os homens, mas o projeto nem chegou a ser discutido. Pouco depois, em 1919, Justo Chermont levou ao senado um projeto da mesma natureza em que argumentou que “Prestando a devida homenagem à missão da mulher sobre a terra – os misteres da maternidade – “ penso que eles não são incompatíveis com os seus deveres sociais e com os direitos políticos que o regime democrático lhes deve garantir ” e o projeto foi votado.

Leolinda Dalto organizou um grupo de mulheres para assistir a votação no congresso, com objetivo de pressionar os deputados na aprovação do projeto. Mas infelizmente o projeto foi considerado erroneamente matéria de emenda constitucional e acabou se tornando um processo longo, sujeito a rolar durante anos pela Câmara e pelo Senado. Discutido e aprovado em ambas as casas, pela primeira vez em 1921, veio a ser novamente debatido apenas pelo Senado em 1927, mas nem chegou a ser votado para finalmente se tornar decreto presidencial instituído por Getúlio Vargas em 1932 e virou lei na Constituição de 1934. (ALVES, 1980, p. 91-96)

Outro exemplo de luta pelo direito ao voto feminino foi Bertha Lutz, que ao entrar em contato com os movimentos feministas da Europa e EUA e após retornar para o Brasil criou as bases do feminismo em nosso país. Em 1919 criou a Liga pela Emancipação Feminina, transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922. Neste período, no Brasil eclodem vários movimentos sociais importantes que propunham mudar a realidade nacional, tais como: a criação do Partido Comunista Brasileiro (1922), a Semana da Arte Moderna (1922), o Tenentismo (1922) e a Coluna Prestes (1924-1927) o que possibilitou maior alcance das reivindicações das mulheres brasileiras.

Logo após sua fundação, a FBPF organizou a Conferência pelo Progresso Feminino, que contou com a presença de alguns políticos importantes do período, entre eles o Vice-Presidente da República, o senhor Estácio Coimbra, os senadores Lopes Gonçalves e Lauro Muller, favoráveis ao sufrágio feminino.

Em sua fala o Senador Lauro Muller defendeu o voto feminino pronunciando as seguintes palavras: “se o voto é um direito já outorgado pela Constituição, por que as mulheres teriam que passar por todo um processo de provas, a fim de fazer jus a esse direito?” O Senador concluiu com o seguinte conselho: “Minhas sras., os

homens são como os carneiros. Um vai à frente, os demais vão atrás. As senhoras têm que furar a cerca. Procurar um governador de Estado que fure a cerca, que dê voto às mulheres no Estado dele, e atrás disso vão todos os Estados da Federação”. A FBPF consegue formar filial em outros estados e organizar outras conferências com o objetivo de manter o assunto em discussão.

Assim, em 1927, o estado do Rio Grande do Norte foi o primeiro estado da federação a incluir em sua Constituição o Artigo 77, versando sobre o voto feminino, que dizia: “No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas pela lei”.

Nesse mesmo ano, Bertha Lutz e Carmen Portinho, executam um vôo sobre a capital federal, jogando panfletos sobre o senado e a cidade. Em seguida vão de avião até o Rio Grande do Norte, lançando pelo caminho panfletos sobre oito capitais. Esse feito foi amplamente divulgado pela imprensa. No ano de 1929 continuam se alistando eleitoras em Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, alguns pedidos são indeferidos a FBPF entra com recursos nos casos de impugnação de títulos.

Em 1930, com Getúlio Vargas à presidência da República, trouxe muitas esperanças ao movimento sufragista, já que parecia ser favorável ao voto feminino. Quando Getúlio Vargas nomeou uma comissão para estudar a reforma eleitoral e indicou para presidente o jurista Carlos Maximiliano, que era favorável ao voto feminino Berta Lutz aproveita o momento propício e realiza o Segundo Congresso Internacional Feminista, em julho de 1931.

Em 1932 foi promulgado o Código Eleitoral, aprovando o voto secreto e o voto feminino (Decreto 21.076, de 24/02/1932). Com a promulgação deste código muitas mulheres se candidataram a uma vaga para a Assembleia Constituinte, mas apenas Carlota Pereira de Queirós conseguiu ser eleita e Berta Lutz foi convidada por ela para trabalhar em conjunto na constituinte de 1934. Vários artigos foram propostos em benefício das mulheres, entre eles: a regulamentação do trabalho feminino, a igualdade salarial e a proibição de demissão em caso de gravidez.

#### **4. Considerações acerca da conquista do direito ao voto feminino no Brasil**

Algumas considerações foram realizadas por pesquisadoras que se dedicaram ao estudo da conquista do direito de votar e serem votadas pelas mulheres brasileiras.

Branca Moreira Alves (1980) assevera que a conquista do direito de votar não teve a amplitude para conscientizar as mulheres em todas as classes, ou seja, não repercutiu em expansão da cidadania para as mulheres. Consequentemente, conseguir o direito de votar não configurou em uma reformulação das relações de poder entre os sexos no Brasil. Podemos entender que a conquista do voto não afetou significativamente a condição da mulher por que:

A ideologia da classe dominante penetra na sociedade como um todo, legitimando e mantendo as relações de produção. O mesmo pode ser dito sobre a ideologia do sexo dominante: a mulher internalizou a imagem de si mesma feita pelo homem, tornando-se incapaz de criar sua própria autoconsciência, que a levaria a questionar as raízes de sua inferiorização- as relações de poder dentro da família. A ideologia do sexo dominante, pela mistificação destas relações de poder, impediu-a de compreender as contradições implícitas na divisão de papéis por sexo (ALVES, 1980, p. 127).

Para a autora essas limitações são compreensíveis, considerando tanto nível ideológico e político das lideranças do movimento. No nível político, estariam ligadas ao contexto de um sistema oligárquico exercido sob condição de dependência econômica e cultural com relação aos centros hegemônicos externos. E no nível ideológico, essas limitações, revelaram-se pelo grau de subordinação e inferioridade em que se encontravam as mulheres na sociedade brasileira. Outra questão apresentada por Alves (1980) diz respeito ao caráter conservador do movimento liderado por Berta Lutz. Para ela o mesmo não apresentava como proposta questionar a opressão da mulher no seio familiar. No tocante a luta empreendida pela conquista do voto, considera que este só foi concedido “quando assim interessou à classe dominante”. O movimento sufragista brasileiro, como

movimento liberal burguês não logrou elaborar uma contra ideologia. Sua atuação teve limites específicos, e o fim de seu caminho estava claramente marcado: para além do voto e de mudanças na legislação civil e trabalhista, mantinha-se intacto o funcionamento do sistema, em suas relações de classe e de sexo. Por isso teria sido tolerado, sem a repressão sofrida na mesma época por outros movimentos de postura mais radical (ALVES, 1980, p. 127).

Para June E Hahner (1981) a liga de mulheres brasileiras fundada por Bertha Lutz, era muito diferente da associação de “suffragéttes” que fazia muito barulho, quebravam vidraças das avenidas, entre outras ações. Representavam sim, um movimento de brasileiras que compreendiam que a “mulher não deve viver parasitariamente do seu sexo”, mas, ao contrário, “deve ser útil” e tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela. Assim, era possível às mulheres “tornarem instrumentos preciosos ao progresso do Brasil”. O voto não seria apenas um instrumento para alcançar o progresso feminino, mas também símbolo dos direitos de cidadania. Para Bertha Lutz, havia dois lados do movimento feminista: “um individual, econômico e intelectual, o outro social e político”, e no Brasil de 1920 ela achava que o primeiro era “indubitavelmente o mais avançado”. A Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher deveria “trabalhar pacificamente e imediatamente neste aspecto do movimento feminista, que para a época era o mais importante lado da questão para o Brasil”. O movimento sufragista brasileiro estabeleceu laços cerrados com organizações e sufragistas em outros países, que serviam como fontes adicionais de apoio e legitimação. O movimento internacional fornecia técnicas de organização e contatos pessoais. Entretanto, as mais firmes ligações entre as lutas brasileiras e internacionais seriam estabelecidas por Bertha Lutz vários anos mais tarde.

Em várias entrevistas para jornais Bertha Lutz destacou os objetivos do movimento. Estes iam desde interesses altamente generalizados, com a paz mundial, até assuntos específicos, como pagamento igual para trabalho igual e oportunidades educacionais iguais. Ela e outras sufragistas viam o voto “como meio de ação”, como instrumento para superar barreiras em direção a uma sociedade liberal mais completa.

Um dos fatores que mantém as mulheres afastadas da arena política é a mentalidade que vem forjando historicamente o papel das mulheres, onde são delegados a elas a espaço do cuidado do espaço privado, enquanto aos homens é

reservado o espaço público. Outro aspecto relevante está na própria política, que é elitista e não acolhe as mulheres que se mantiveram sempre afastadas dessa elite. Ainda que o estabelecimento de cotas obrigue o acolhimento dessas mulheres nos processos políticos, elas acabam sendo afastadas de sena por falta de respaldo político.

## **5. Discutindo as relações de poder e a conquista do voto feminino na prática pedagógica**

Atualmente representamos a maioria dos profissionais na área da educação, somos professoras, e também a maioria nos bancos escolares. Como, mesmo assim, sabemos tão pouco sobre nossa história? Como podemos passar pela vida destas meninas e meninos sem falar sobre as relações de poder existentes entre homens e mulheres? Por que não falamos sobre a conquista do voto feminino no Brasil? São questões importantes nos dias de hoje que devemos ampliar o debate, pois a cada dia a violência contra as mulheres aparece mais agravada nos telejornais.

Com o intuito de colocar em discussão a temática discutida até o momento, em 2011, realizamos a implementação de um projeto junto a alunas e alunos do nono ano do Ensino Fundamental do Colégio Estadual José Balan, do município de Umuarama.

Para tanto, primeiramente, aprofundamos o estudo sobre o tema, elaboramos um plano de trabalho com várias atividades propostas e elaboramos um material didático para ser apresentado e discutido com os alunos e alunas durante as aulas. Apresentaremos a seguir algumas reflexões sobre este trabalho.

Nos encontros realizados com os alunos e alunas, problematizamos a questão das relações de poder que envolvem as mulheres em várias sociedades, bem como, a participação das mulheres na política. Evidenciamos para os alunos que as diferenças entre homens e mulheres não é biológica e não está relacionado ao sexo, mas sim que é algo historicamente e culturalmente construído para manter uma parcela subjugada a outra. Como era esperado, ficou evidente o quanto ainda permanece a ideia de que política é atividade para homens e que a mulher é vista

como mãe e dona de casa. Os alunos são fruto da sociedade que vivemos, e é natural que tragam para a sala de aula as imagens do senso comum, pertencentes e veiculadas por ela cotidianamente.

Segundo relatos dos alunos e alunas, as mães ficam sobrecarregadas com as tarefas domésticas e muitas, com dupla jornada de trabalho, pois além do emprego, são responsáveis pela organização da casa, sendo dessa forma impossível ter tempo para se preocupar com política. Quem decide em quem votar em época de eleição geralmente é o pai.

Durante os encontros foi significativo o interesse das meninas pelas discussões sobre a participação das mulheres na política, fato que aumentava a cada encontro. Sempre dispostas a fazer pesquisas sobre as mulheres que influenciaram e as que influenciam a política brasileira. Nas aulas, revelaram que nunca haviam pensado em política, mas que depois dos debates perceberam que não existe conquista sem luta e que apesar dos direitos conquistados pelas mulheres ainda falta muito para vencer todas as barreiras para se chegar à igualdade.

O projeto foi importante, pois não somente as meninas, mas também os meninos passaram a questionar o passado e suas idéias históricas sobre este e, questionar se a história que foi escrita realmente é uma versão única e absoluta. Com isto, pensamos que estamos contribuindo para a formação de uma consciência histórica diferenciada nestes alunos, no qual a história não foi feita somente por homens, que as mulheres lutaram para conquistar o direito ao voto e ainda continua lutando para ampliar sua participação na política.

Este projeto mostra-se relevante pela necessidade de tornar mais visível a importância da mulher dentro da sociedade, para as professoras conhecerem e discutirem mais sua história e assim ficarem atentas para não ajudarem a reproduzir com seus alunos as diferenças de gênero. Louro (1997) adverte que devemos nos preocupar com a construção das diferenças “porque esse é campo político e nas instituições das diferenças estão implicadas as relações de poder”. Para ela os distintos procedimentos das disciplinas escolares são campos de um exercício desigual de poder. Se admitirmos que a escola não apenas transmite conhecimento, mas também os produz e fabrica sujeitos, produz identidades éticas, de gênero e classes. Se reconhecermos que a escola está comprometida com a manutenção de sociedade dividida, acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e



que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida. Então certamente encontraremos justificativa não apenas para observar, mas, também interferir, para tentar reverter essas práticas e impedir a continuação dessas desigualdades. Só conseguimos transformar essa situação se pensarmos em uma estratégia de intervenção, mas para isso, é necessário reconhecer as formas de instituições das desigualdades sociais. Neste caso, se começarmos a trabalhar, na forma de conteúdo, não somente nas aulas de história, mas em todas as disciplinas, as questões de gênero.

## **6. Considerações finais**

Como vimos no decorrer do trabalho a importância de se inserir nas disciplinas escolares como conteúdo a ser tratado as questões das relações de gênero, bem como, a história das mulheres, com o objetivo de formar jovens que lutem por uma sociedade mais justa e igualitária. Para tanto, foi trabalhado com alunos e alunas do nono ano do Colégio Estadual Vereador José Balan do Ensino Fundamental, de Umuarama/PR a questão da luta pelo voto feminino no Brasil. Percebemos que o tema abordado oportunizou a reflexão sobre o processo de luta e conquista de direitos das mulheres, bem como, a luta pela conquista do direito de votar e ser votada. Abordar essa temática foi de grande importância, pois levou alunas/os e professoras/ES a fazer uma análise mais profunda sobre a importância do acesso feminino a todos os níveis de educação e que seu caráter não discriminatório, são condições indispensáveis ao exercício da democracia e o combate a todo tipo de preconceito contra mulheres.

Não temos a pretensão de esgotar o assunto com a finalização desse artigo, mas instigar para que cada vez mais se questione o porquê da permanência de diferenças existentes entre homens e mulheres. Assim, a análise histórica da formação das relações de gêneros, em especial a importância do papel da mulher na política e os assuntos trabalhados nesse artigo pode contribuir para levantar discussões importantes para a compreensão dos desafios atuais da educação e incentivar outras professoras a trabalharem o tema com seus alunos

## Referências

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Vozes. Petrópolis. 1980.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

BONINI, Altair. **Fronteiras e mulheres: a travessia entre os espaços privado e público** In: II Seminário Internacional de História, 2006, Maringá.

HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas- 1850-1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

JARDIM, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEAL, Guaraciara Barros / Angélica Monteiro. **MULHER. Da luta e dos direitos** – Brasília, 1998. Coleção Brasil, 3 – Projeto Gráfico, Sérgio Lima.

LOURO, Guaciara Lopes. **A Construção escolar das diferenças. N: Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997. 57 – 87.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica-História**. Curitiba: SEED-Pr, 2008.

PERROT, Michelle. **Minhas Histórias das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PRIORE, Mary Del. **Mulheres no Brasil Colonial**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PRIORE, Mary Del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **Histórias das Mulheres no Brasil**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PINSKY, Carla Bassaneze. Organizadora. **Novos Temas nas aulas de História**. São Paulo: Ed. Contexto, 2009.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher Brasileira** – Direitos Políticos e Sociais. 2º Edição. Rio de Janeiro, 1982.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **Ensinar História**. São Paulo: Ed. Scipione, 2005.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**: Ensaios de Teorias e Metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.